O PROCESSO ARGUMENTATIVO NO DISCURSO MIDIÁTICO

Maria das Graças Gonçalves PINHO[1] (UNILESTE-MG)

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo desvendar as estratégias argumentativas pressupostas por Charaudeau (1998) em dois artigos, um publicado no jornal *O Globo*, em 25/04/2006, e outro, no jornal *Folha de São Paulo*, em 01/10/2006, tendo como tema a reeleição de Lula à Presidência da República. O sujeito argumentante, na perspectiva dessa teoria, se dedica a uma tripla atividade: *problematizar, elucidar e provar*. Procuraremos identificar, quais os tipos de argumentos são mais freqüentes em cada uma dessas atividades e como eles servem como recursos para construir a imagem do sujeito, garantir a sua credibilidade e legitimação e, com isso, conseguir a sua adesão à tese defendida.

RESUMÉE: L' objectif de ce travail c'est faire des recherches sur les stratégies argumentatives présupostes pour Chaureaudeau (1998) en deux articles. Le premier, il a publié au journal *O Globo*, en 25/042006, L´autre, au journal *Folha de São Paulo*, en 01/10/2006. Les deux s'occupent de le thème élection de Lula, à la Présidence de la République du Brésil. Le sujet de l'argumentation, dans cette théorie, se dédie a une triple activité: problèmatizer, expliquer et prouver. Nous nous éfforcerons de identifier quels sons les types des arguments plus présents dans ces activités et comme ils sont utilisés pour construire l' image du sujet, assurer sa crédibilité et légitimation e, avec ça, obtenir l'adhésion à la thése qu'il désire défendre.

1. Introdução

O estudo da argumentação tem exercido em mim especial fascínio já há algum tempo, esse foi o tema que desenvolvi na minha pesquisa de Mestrado concluída em 2005, na FALE/UFMG. Nessa pesquisa, analiso discursos dos candidatos à Presidência da República nas eleições 2002[2]. Agora, nesta comunicação, recupero parte do referencial teórico que fundamentou minha dissertação e analiso a partir dele, dois textos midiáticos que, também, representam discursos políticos. Embora seus autores não argumentem a seu próprio favor, são discursos construídos no contexto da campanha eleitoral de 2006. Segundo Reis, *apud* Pinho (2005), qualquer matéria, ou qualquer contexto pode dar origem a uma interação estratégica com o objetivo de levar o sujeito político a se distinguir, a se afirmar na sua posição de poder. Nesse contexto ideológico e discursivo, o recurso de análise da retórica e das teorias da argumentação pode se revelar de fundamental importância para se compreender os meandros semânticos de uma fala que articula pressupostos de sentido como forma de manipular destinatários e os significados a eles remetidos. Utilizando esses recursos, poderemos compreender as relações discursivas que determinam a objetivação de um raciocínio dialético e argumentativo, no presente caso, o discurso político e suas conseqüências ideológicas.

Os dois textos que compõem o *corpus* deste trabalho fazem parte dos discursos gerados pela campanha presidencial no Brasil, neste ano, 2006 e abordam o mesmo tema, que é a reeleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, mas defendem teses opostas. Cada um dos autores, por meio de recursos diversos, procura manipular seus destinatários, construindo/desconstruindo a imagem de Luís Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, com o objetivo implícito de levar o eleitor a votar/não votar em Lula. O que nos fascinou nestes textos foi a comprovação de que uma tese e seu oposto podem ser defendidas, desde que, para isso, se saiba construir uma boa argumentação. Os textos são artigos de opinião, foram publicados em jornais diferentes, em datas diferentes, entretanto parecem fazer parte de um mesmo debate em que seus autores procuram convencer seus interlocutores de verdades opostas. O texto *A verdade está na cara, mas não se impõe*, de Arnaldo Jabor, foi publicado pelo jornal *O Globo*, em 24 de abril de 2006 e defende a tese de que Lula não é confiável e não merece a reeleição; o texto *Por que voto em Lula* ,de Renato Janine Ribeiro, foi publicado pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 1º de outubro de 2006 e defende a reeleição de Lula.

---

[1] gracapinho@unilestemg.br

[2] PINHO, Maria das Graças Gonçalves. Retórica e Argumentação no Discurso dos Quatro Principais Candidatos à Presidência da República nas Eleições Brasileiras de 2002. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

O trabalho se divide em duas partes. Na primeira, apresentamos os pressupostos teóricos que balizarão a nossa análise e, na segunda parte, procuramos analisar o processo argumentativo no *corpus* selecionado, procurando identificar quais os tipos de argumentos são mais freqüentes em cada um das atividades e estratégias argumentativas e como esses recursos servem para construir a imagem do sujeito, garantir a sua credibilidade e legitimação e, com isso, conseguir a adesão à tese defendida.

Acreditamos que, para se fazer uma leitura em profundidade, é necessário desvendar esses recursos que, na maioria dos casos, se encontram implícitos, e que se servem de valores aceitos pela sociedade como estratégias para conseguir formar uma opinião pretendida. O leitor que não é capaz de perceber essas idéias implícitas é facilmente manipulado por tais discursos e se torna alvo deles, principalmente, em ocasiões eleitorais. Trabalhar a leitura em sala de aula, na perspectiva da Análise do Discurso, que é onde se inscreve a teoria que fundamenta este trabalho, é fundamental para se construírem leitores críticos, capazes de distinguir entre o que é verdade e o que é retórico e, a partir daí, formarem sua própria opinião.

2. Pressupostos Teóricos

2.1 O ato de argumentar

Consideramos, com Charaudeau (1992), que todo ato de linguagem só tem significado em função da situação de comunicação em que é produzido, da identidade e da intencionalidade do sujeito que é o responsável pelo ato, do propósito da questão (tematização), e das circunstâncias materiais dentro das quais se encontra. A argumentação é, portanto, considerada por esse teórico, como uma prática social dentro da qual o sujeito, querendo argumentar, é limitado pela situação comunicacional que lhe subdetermina e, ao mesmo tempo, é livre para jogar com esses limites que lhe permitem uma margem de manobra para realizar seu próprio projeto de palavra e construir suas estratégias. É, portanto, o cruzamento desses dois espaços de limitação e liberdade que constitui a especificidade de um ato de linguagem.

A teoria da argumentação de Charaudeau (*op.cit*.) apresenta-se distinta das outras porque esse estudioso não considera a argumentação como um gênero ou um tipo textual, mas como um modo de organização do discurso. Assim, todo ato de comunicação se compõe de *um dispositivo* que contém os seguintes elementos: *a situação de comunicação*, quadro físico e mental no qual se encontram os parceiros da troca linguageira, os quais são determinados por uma *identidade*, constituída pelo contrato de comunicação. É de ordem psicossocial, externa ao ato de comunicação; *os modos de organização do discurso, que* são princípios de organização da matéria lingüística, princípios esses que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, narrar ou argumentar. São de ordem linguageira, referem-se à *mise en scène* do ato de comunicação; *a língua* que constitui o material verbal estruturado em categorias lingüísticas. É de ordem estritamente lingüística, é a organização dos signos em sistemas formais significativos; *e o texto* que é o resultado material do ato de comunicação; é o produto-resultado, construído com a língua e com o discurso.

2.2 Os procedimentos argumentativos

Qualquer asserção, conforme postula Charaudeau (*op. cit*.) pode ser argumentativa desde que esteja inscrita em um dispositivo argumentativo. O ato argumentativo pode tomar configurações diversas dependendo do contrato de fala e dos parceiros da comunicação. O sujeito, que se encontra no centro desse dispositivo, é levado a se posicionar em relação ao quadro e ao desenvolvimento da argumentação. O sujeito argumentante, para justificar sua posição diante da argumentação e conseguir melhores resultados no seu objetivo de persuasão, usa os **procedimentos** que servem ao jogo de comunicação que ele quer estabelecer em função da situação e das maneiras como ele percebe o seu interlocutor. Esses procedimentos têm por função, essencialmente, validar uma argumentação, mostrar que o quadro de questionamento é justificável. Alguns desses procedimentos se apóiam sobre o valor dos argumentos (semânticos); outros utilizam as categorias lingüísticas para produzir certos efeitos de sentido (discursivos); outros, ainda, organizam, quando a situação o permite, um conjunto de argumentos (composição).[3]

[3] Neste trabalho, nos limitaremos a descrever os procedimentos semânticos. Sobre procedimentos discursivos e de composição, ver CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

2.2.1 Procedimentos semânticos

Conforme Charaudeau (1992), esses procedimentos consistem no uso de certos *valores* que são aceitos por um determinado grupo social, denominados consenso social e fazem parte de certos *domínios de avaliação*. Esses domínios são em número de cinco: da **verdade**, da **estética**, da **ética**, do **hedônico** e da **pragmática**.

O *domínio da verdade* define de maneira absoluta[4] e em termos de verdadeiro ou falso, de um lado, o que concerne à existência dos seres em sua originalidade, autenticidade e unicidade; de outro, o que eleva o saber como princípio único de explicação dos fenômenos do mundo. O *domínio da estética* define em termos do belo e do feio o que são os seres da natureza, a representação que os homens dão a si mesmos e aos objetos que eles fabricam. O *domínio da ética* define em termos de bom ou mau o que devem ser os comportamentos humanos ao olhar de uma moral externa (regras de comportamento impostas por lei), ou interna (regras que o homem impõe a si mesmo). Nos dois casos, o indivíduo tem de agir de determinado modo. O argumento é colocado como origem de uma ação que se realiza em nome de um princípio e esse princípio é o próprio argumento. O *domínio do hedônico* define em termos do agradável ou desagradável o que relaciona com a busca do prazer em relação aos projetos e ações humanas. O *domínio do pragmático* define em termos do útil e inútil o que leva a um cálculo. Esse cálculo consiste em medir os projetos e os resultados das ações humanas em função das necessidades racionais dos sujeitos agentes que os realizam. Esse domínio é o oposto do ético, o argumento é colocado como conseqüência de uma ação.

Os valores correspondem às normas de representação social que são construídas em cada domínio de avaliação. A solidariedade, fidelidade, disciplina, honestidade, lealdade, esforço, justiça, bondade, que são muito freqüentes nos discursos políticos, se incluem no domínio da ética; os valores do domínio da pragmática são fundados sobre a experiência que se apóia sobre o que é habitual, durável, freqüente e se inscreve, portanto, em uma norma de comportamento. Tais normas servem como modelo de comportamento, como argumento de prudência ou conservadorismo, como argumento de sedução, etc.

Os domínios da pragmática e da ética podem se combinar à medida que uma regra de comportamento que pode ser medida e verificada em sua eficácia (pragmática) leva a um modelo de conduta (ética). Esses valores, de um lado, giram em torno da organização racional da vida: o trabalho, o sucesso, o mérito; de outro lado, o oposto, referem-se à imaginação: invenção, criação.

2.3 A atividade argumentativa

A atividade argumentativa se define, segundo Charaudeau (1998), dentro de uma relação triangular em que os pólos são um **sujeito argumentante**, um **sujeito alvo** ao qual é proposta a argumentação e **uma proposição sobre o mundo**, uma busca da verdade. O sujeito argumentante implica o sujeito alvo dentro de um mesmo quadro de questionamento e lhe propõe um meio de tratar esse questionamento que lhe traz ao mesmo tempo o meio de julgar a validade desse tratamento. Isso determina as condições enunciativas de base que fazem com que um discurso seja reconhecido como argumentativo, desde que o sujeito argumentante se dedique a uma tripla atividade: *problematizar, elucidar e provar.*

Problematizar ,segundo Charaudeau (*op. cit.*), é uma atividade cognitiva que corresponde a "fazer saber", não somente o que está em questão, mas também o que se quer que se pense. Na problematização, o sujeito argumentante fornece ao seu interlocutor o meio (mais ou menos explícito) de situar o quadro de questionamento ao qual refere o ato assertivo. Uma asserção faz somente uma afirmação, não faz perceber sua causa possível. Por exemplo, o enunciado "o Ministro da Fazenda foi demitido" é apenas uma simples constatação, será uma problematização a partir do momento em que se apresenta a asserção oposta "o Ministro da Fazenda não foi demitido". Isso obriga a se interrogar sobre as causas e conseqüências dessa

[4] Perelman (2002), refletindo sobre fatos e verdades, diz que não se pode dar uma definição objetiva do que é fato, pois não é possível que um determinado dado concreto seja aceito em todos os tempos e em todos os lugares como um fato. Pode-se considerar como um fato uma idéia aceita como verdadeira pela maioria das pessoas e poderia ser considerado como aceita por todos. Perelman (*op. cit.*) afirma que só estaríamos em presença de um fato do ponto de vista argumentativo se pudermos postular um acordo universal, não controverso. Mas mesmo assim existe a possibilidade de que um fato supostamente admitido seja questionado e, então, ele perderia o estatuto de fato. Em relação às verdades, Perelman (*op. cit.*) afirma que se pode atribuir a elas tudo o que se disse dos fatos, isto é, uma idéia aceita como verdadeira pela maioria das pessoas poderia ser considerada como aceita por todos. Em nossa análise, vamos adotar o conceito de verdade do ponto de vista desse autor, pois consideramos que, no discurso político, o orador procura sempre atribuir um *status* de verdade a determinadas atitudes e ações que não constituem, na verdade, um consenso universal.

oposição. Problematizar consiste, portanto, em propor/impor um quadro de questionamento que coloque em oposição duas asserções e o sujeito alvo é levado a interrogar-se sobre a validade delas.

Elucidar, segundo Charaudeau (*op. cit.*), é uma atividade cognitiva que corresponde a "fazer compreender" as razões que explicam o fato afirmado ou as conseqüências possíveis da seqüência dos acontecimentos. Toda elucidação pressupõe, portanto que o fato seja averiguável ou autêntico e sua existência não esteja sob suspeita. Não se trata de provar a existência ou autenticidade do fato, mas de explicar o porquê e o como do fato. Elucidar é entrar no universo discursivo da causalidade e não na existência de uma eventualidade. O universo da causalidade se inscreve necessariamente no tempo e tem, portanto, alguma coisa a ver com a experiência que o homem pode ter da sucessão dos acontecimentos do mundo e do tipo de relação que eles mantêm entre si. É no quadro dessa atividade de elucidação que são realizados certos modelos de raciocínio (dedutivo, indutivo, associativo, analógico, etc). A escolha e a validade dependem das limitações da situação de comunicação.

Provar, para Charaudeau (*op. cit.*), é uma atividade cognitiva que corresponde a "fazer crer", a qual se funda na validade da elucidação. Após essas atividades, é necessário que o sujeito argumentante se posicione em relação à validade da elucidação e forneça ao interlocutor os meios de julgar a validade do ato de elucidação, a partir da problematização inicial. Ele poderá aderir à elucidação proposta ou refutá-la. Uma ligação de causalidade entre duas ou várias asserções pode ser julgada somente pelo teor da prova que dirá se o lugar é do possível, do provável, do necessário ou do inevitável. Não é suficiente estabelecer uma ligação entre o consumo de fumo e a saúde, como em "fumar faz mal à saúde". É preciso provar que essa ligação é da ordem do possível ou do inevitável. Isso porque os argumentos são apelos de ordem empírica, experimental, ou estatística, tendo valor ético, pragmático ou hedônico. Todo sujeito argumentante é, portanto, levado a escolher os argumentos que garantam o raciocínio. Essa atividade é uma tentativa de validar o raciocínio do sujeito argumentante e revelar ao mesmo tempo seu posicionamento diante do sistema de valores que circulam na sociedade à qual ele pertence.

2.3 As estratégias do sujeito argumentante

As condições das atividades descritas anteriormente, entretanto, não são por si só suficientes para constituir o ato argumentativo, segundo Charaudeau (*op.cit.*) porque este aparato sempre ocorre dentro de uma situação particular de troca linguageira. O conjunto de uma determinada situação é imprescindível para se definir o *contrato de comunicação*. A natureza do quadro comunicacional e do contrato de comunicação se apresentam como absolutamente determinantes pela qualidade das argumentações que se desenrolam. Os componentes do contrato de comunicação são quatro: a *finalidade* que determina o "porquê se fala", o jogo do ato de comunicação; a *identidade* dos parceiros da troca que determina o "quem fala a quem" em função do *estatuto* e da situação que eles devem ocupar; o *propósito* que determina "o que se fala", o domínio temático que faz o objeto da troca; enfim, as *circunstâncias* que constituem os dados materiais do quadro da troca.

Assim, julgar a validade de um discurso argumentativo pressupõe se interrogar antes sobre as características do contrato no qual ele se insere. O discurso político se caracteriza por uma dupla finalidade de credibilidade e captação. De credibilidade, porque ele se inscreve numa lógica simbólica de democracia que consiste em construir a opinião do eleitor; de captação, porque se inscreve numa lógica que o obriga a se dirigir a um público diversificado. É, portanto, um duplo problema: de veracidade do discurso e de sedução ao qual é confrontado o sujeito falante que vai argumentar dentro desse quadro. Essa é uma situação pouco confortável, na medida em que o sujeito argumentante deve explicar a causa imediata dos acontecimentos da maneira mais verdadeira possível; analisar as causas profundas do acontecimento; dar prova de neutralidade e dramatizar seu discurso para que ele seja o mais atrativo possível.

Assim, uma vez colocado o quadro de questionamento num dado contrato de comunicação, o sujeito argumentante pode desenvolver as **estratégias de argumentação** em função do objetivo de influência que corresponde ao seu projeto de fala. Propõe-se considerar que as estratégias se desenvolvem em torno de *três jogos*, que não são exclusivos, mas que se distinguem pela natureza de sua finalidade: u*m jogo de legitimação, u*m *jogo de credibilidade e u*m *jogo de captação.*

2.3.1 O jogo de legitimação

Segundo Charaudeau (*op. cit.*), essa estratégia visa a determinar a posição de autoridade do sujeito, de modo que se possa perceber em nome de quem ele está autorizado a argumentar. O jogo de legitimação, portanto, gira em torno do sujeito falante e pode se fundar sob dois tipos de posição: a) autoridade

institucional, posição que é fundada no estatuto do sujeito e lhe confere autoridade de saber (sábio, especialista), ou de poder de decisão (responsável por uma organização); b) autoridade pessoal, posição que está fundada no poder de persuasão e de sedução do sujeito, lhe dá autoridade de fazer, além de se sobrepor ao seu precedente. Essa posição de autoridade do sujeito é pressuposta e percebida pelo outro, mas ele pode igualmente não perceber, ou colocar em dúvida, ou mesmo contestar. Dessa forma, o sujeito pode ser levado a produzir um discurso de autojustificação, o que é comum no discurso interlocutivo.

2.3.2 O jogo de credibilidade

Esse jogo, de acordo com Charaudeau (*op. cit.*), visa a determinar a posição de verdade do sujeito, de modo que fique claro que ele tem competência para dizer o que diz. (o jogo é, portanto, dirigido para o outro). Para isso, o sujeito pode escolher dois tipos de posição: a) *de neutralidade*, posição em que ele é conduzido a apagar de sua argumentação todo traço de julgamento, de avaliação pessoal para explicitar um fato ou demonstrar uma tese; b) *de engajamento*, que conduz o sujeito, contrariamente ao precedente, a optar, de forma mais ou menos consciente, por uma tomada de posição na escolha dos argumentos ou dos vocábulos, ou por uma modalização avaliativa. Ele vai produzir um discurso de convicção que vise a ter a participação do seu interlocutor.

2.3.3 O jogo de captação

Charaudeau (*op. cit.*) descreve esse jogo como uma estratégia em que o sujeito argumentante procura levar o participante da troca comunicativa a entrar no quadro argumentativo do sujeito falante. Nesse caso, ele vai procurar os meios possíveis para convencer o outro e, para isso, ele pode escolher dois tipos de objetivos: a) *polêmica:* objetivo que busca colocar nas causas certos valores que defende seu participante (ou um terceiro a que faz referência), ou a legitimidade dele, objetivando conduzi-lo a produzir um discurso de interpelação; b) de *persuasão* e dramatização: objetivo que conduz o sujeito a colocar em ação uma atividade discursiva feita de analogias, de comparações, de metáforas, etc, que se apóia mais sobre as crenças que sobre o conhecimento para forçar o outro a participar de certos valores ou a sentir certas emoções. Assim, o sujeito argumentante pode, ao fornecer uma explicação, colocar em cena dois tipos de causas que são susceptíveis de ter algum efeito dramático particular: a) *as causas humanas* que constroem um universo do discurso dentro do qual o homem é julgado responsável. Pode haver um efeito responsabilizante do fato desse discurso se estender à sociedade como um espelho dentro do qual ele pode julgar a culpabilidade dos outros ou a sua própria culpabilidade. b) *não humanas* que constroem um universo do discurso em que o homem é ausente, reenvia ao mesmo campo a sua impulsividade face às forças obscuras que pode ter um efeito de irresponsabilidade do fato e se estende à sociedade como um espelho dentro do qual o homem não pode prever seu destino.

Como pudemos verificar, Charaudeau constrói a teoria da argumentação considerando vários movimentos que, juntos compõem um ato argumentativo. São eles: procedimentos argumentativos: *semânticos, discursivos e de composição*; atividades argumentativas: *problematizar, elucidar e provar;* e estratégias argumentativas, que consistem em*: um jogo de legitimação, u*m *jogo de credibilidade e u*m *jogo de captação.* Vamos analisar, neste trabalho, as atividades e as estratégias argumentativas utilizadas pelos sujeitos argumentantes e procurar identificar quais os procedimentos semânticos perpassam a argumentação.

3. Desvendando as estratégias argumentativas

O *corpus* selecionado para este trabalho, compõe-se, como já dissemos, de dois textos publicados por dois jornais de grande circulação: o texto *A verdade está na cara, mas não se impõe*, de Arnaldo Jabor, publicado pelo jornal *O Globo*, em 24 de abril de 2006 e o texto *Por que voto em Lula* ,de Renato Janine Ribeiro, publicado pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 1º de outubro de 2006[5]. As circunstâncias materiais em que os textos foram produzidos, elemento indispensável para a construção de sentido dos discursos, são as mesmas, se considerarmos que os seis meses que separam a produção de um e de outro fazem parte do mesmo contexto: a campanha eleitoral. Em abril, quando o texto de Arnaldo Jabor foi publicado, a campanha não havia se iniciado, apenas oficialmente, o Presidente Lula ainda não tinha assumido oficialmente a candidatura, mas a sociedade já tinha consciência de que isso era um fato e a campanha já estava posta. Entretanto muita coisa aconteceu nesse período e o texto de Janine aparece em um dos momentos mais

[5] Os textos, na íntegra, se encontram em anexo.

difíceis da campanha de Lula, em outubro, já no final da campanha, logo depois do episódio dos dólares encontrados e que, supostamente, seriam para financiar um dossiê contra José Serra, candidato ao governo de São Paulo pela mesma legenda do adversário mais forte do Presidente Lula.

Ao se constituírem como sujeitos da enunciação, objetivando a construção/desconstrução de sentidos, os sujeitos empíricos tentam construir uma representação articulada do mundo, levando em consideração os interlocutores, o tema, o contexto imediato e o contexto mais amplo, definido por determinações históricas, sociais e ideológicas, visando à adesão do outro, conforme Pinho (2005). Os dois sujeitos argumentantes têm a autoridade pessoal, pois ambos detêm conhecimentos a respeito do assunto, e institucional que lhes é concedida pelo lugar social que ocupam: Jabor, conhecido jornalista, escritor, colunista do jornal "O Globo" e comentarista da TV Globo; Janine, professor de Ética e Filosofia Política na USP e autor de vários livros. O objetivo deles se aproxima, uma vez que ambos pretendem a adesão do interlocutor a respeito do mesmo objeto; entretanto se distancia, pois defendem teses opostas: Jabor, em um discurso inflamado, incita o eleitor a não votar em Lula; Janine, em um discurso mais comedido, sóbrio, tenta convencer o eleitor a votar em Lula. Os sujeitos-alvo são os leitores dos jornais em que seus textos foram publicados, leitores esses que se optam por esses jornais, devem ter alguma afinidade com esses meios de comunicação, portanto já estão predispostos a dar credibilidade a eles. O propósito de ambos é estabelecer a polêmica e interferir na decisão do leitor.

Considerando o que afirma Charaudeau (1998), que a argumentação é uma prática social dentro da qual o sujeito, querendo argumentar, é limitado pela situação comunicacional que lhe subdetermina e, ao mesmo tempo, é livre para jogar com esses limites que lhe permitem uma margem de manobra para realizar seu próprio projeto de palavra e construir suas estratégias, podemos levantar algumas hipóteses sobre o fato de os dois terem construído seus discursos em alguns aspectos tão semelhantes e em outros tão diferentes. Semelhantes, pois, como veremos abaixo, eles lançam mão dos mesmos procedimentos e atividades argumentativas; diferentes porque suas estratégias argumentativas são diferentes e suas teses se opõem.

Primeiro, o lugar social ocupado por Jabor é diferente do lugar social de Janine. Como jornalista, Jabor tem liberdade para usar uma linguagem menos formal e estratégias dramáticas, impactantes. Some-se a isso, o estilo pessoal do autor: trata os assuntos sempre de maneira informal e irônica. O segundo é professor universitário, é um intelectual, sua posição o obriga a ser mais comedido e a tratar os assuntos de maneira mais racional. Ao ler os dois textos, sem mesmo aprofundar na análise, sentimos no texto de Jabor, o desejo de impactar, de causar estranhamento, enfim, de despertar a paixão no interlocutor. O texto de Janine passa a idéia de verdade, tenta sensibilizar o leitor, mas, aparentemente, dá a impressão de que está, apenas, explicando os motivos que o levam a votar em Lula e não que está tentando convencer o leitor a isso.

Outro aspecto que entendemos ser determinante do modo de argumentar de cada um é o suporte: o texto de Jabor foi publicado no jornal *O Globo* e o de Janine na *Folha de São Paulo*. Os dois jornais são dirigidos a públicos diferentes. A *Folha de São Paulo* tem a pretensão de ser um jornal mais neutro, dirige-se a um público mais letrado, enquanto que o jornal *O Globo* é um jornal que se dirige a um público menos especializado, é mais popular. Em vista disso, os discursos se configuram de maneira diferente, pois são limitados pela ideologia do suporte que os veicula. É, portanto, o cruzamento desses dois espaços de limitação e liberdade que constitui a especificidade do discurso de cada um.

Os dois sujeitos se inserem no quadro de questionamento, *problematização*, com argumentos do domínio do verdadeiro:

- Eleição não é luta do bem com o mal. É comparação; (Janine)
- O que foi que nos aconteceu? No Brasil, estamos diante de acontecimentos inexplicáveis, ou melhor, "explicáveis" demais. (Jabor)

Como vemos, são afirmações categóricas que visam a convencer o leitor de que o que se está dizendo é uma verdade inquestionável e que deve ser aceita como verdadeira. Considerando o conceito de verdade de Perelman (1996), a afirmação de Janine equivale a uma idéia que pode ser considerada consenso, apesar de não corresponder à prática, sabe-se que, ao votar, o eleitor deveria se pautar na comparação para escolher seu candidato. O questionamento inicial de Jabor e a afirmação seguinte não podem ser considerados consenso, mas são aceitos como verdadeiros por grande parte da população brasileira. Há os que acreditam que os escândalos políticos apresentados demonstram a superação da desonestidade e corrupção do governo Lula e há os que justificam todas essas ações, ou parte delas, considerando que há, em tudo isso, uma tentativa de derrubar o governo, por parte daqueles que não aceitam um governo popular. Em um caso e outro, podemos considerar que os argumentos são do domínio do verdadeiro. Em ambos os casos, o objetivo é parecer que estão sendo racionais.

Em seguida, os dois usam argumentos do domínio do pragmático:

- Voto em Lula porque, a meu ver, seu governo melhorou o Brasil. Ele recebeu o país com uma agenda ditada pela direita, que reduzia quase tudo à política econômica, ou pior, à monetária e à fiscal; um país que, no fim de 2001, não cumpria mais o Orçamento, sem dinheiro nem para pagar passagens de ministros, com o dólar a R$ 4 e um risco-Brasil enorme. Ora, o governo de centro-esquerda foi capaz de acalmar a economia, de baixar o risco, de aumentar as exportações, enfim, de cumprir uma agenda econômica que não era sua prioridade, nem a dos movimentos populares, e isso sem privatizar nada, sem desfazer o patrimônio público. (Janine)
- Toda a verdade já foi descoberta, todos os crimes provados, todas as mentiras percebidas. Tudo já aconteceu e nada acontece. Os culpados estão catalogados, fichados, e nada rola. A verdade está na cara, mas a verdade não se impõe. (Jabor)

Os dois usam argumentos fundados em fatos comprováveis, apresentam “os projetos e os resultados das ações humanas” em função do objetivo argumentativo de cada um. Janine trabalha com a oposição: Governo anterior X Governo Lula. Demonstra algumas práticas do governo anterior e seus resultados negativos, em oposição a práticas do governo Lula que obtiveram resultados positivos. Jabor se refere aos resultados das investigações realizadas em função de denúncias de corrupção no governo e à falta de punição aos culpados. Os dois utilizam argumentos de base empírica e/ou baseados em valores e crenças, que são argumentos considerados por Perelman (1996) como argumentos retóricos.

A *elucidação*, que corresponde à explicação dos fatos apresentados na problematização, também é construída, prioritariamente, pelos dois sujeitos com argumentos do domínio do verdadeiro e do pragmático. Eles fazem afirmações que, supostamente, são verdades indiscutíveis e, imediatamente após, apresentam conseqüências de ações realizadas. Janine continua a estabelecer comparações entre os dois governos, destacando sempre a superioridade do segundo sobre o primeiro. É interessante que, mesmo quando esse sujeito chama a atenção para as questões éticas, o argumento que ele usa é do pragmático Algumas poucas vezes ele utiliza argumentos do domínio do ético e sempre que os usa há uma combinação do ético com o pragmático. Vejamos os seguintes enunciados de Janine:

- Mais, ainda: Lula colocou na política brasileira, de modo definitivo, uma agenda social importante. E com êxito. (d.verdadeiro)
- Segundo Maria Inês Nassif ("Valor Econômico", 24/8), o maior rigor em programas como o Bolsa-Família e os do Ministério das Cidades "desintermediou o voto da população pobre, que antes passava pelo chefe local". (d. pragmático)
- Se isso é certo, não há paternalismo na atual política de promoção social. Não adianta ficar inventando que Lula se proclamou "pai dos pobres". (d. ético)
- Quero uma sociedade democrática. Isso significa, em primeiro lugar, o fim da miséria, a redução da desigualdade social. (d. ético)
- Ela (coligação de esquerda) tem sido capaz de melhorar as condições sociais com uma temperatura baixa de conflitos, ao contrário do que diziam seus detratores. O país não pegou fogo. O saldo do governo é positivo: a questão social está sendo bem orientada. (d. pragmático)

Jabor procura construir a *elucidação* com a apresentação de uma relação das denúncias de corrupção e os resultados dessas denúncias, sempre com uma avaliação negativa e até mesmo agressiva. Seus argumentos se fundam no domínio do verdadeiro, do ético e do pragmático, apresentando argumentos empíricos e/ou baseados em valores e crenças.

- Os fatos reais: com a eleição de Lula, uma quadrilha se enfiou no governo e desviou bilhões de dinheiro público para tomar o Estado e ficar no poder 20 anos. (d. ético)
- Os culpados são todos conhecidos, tudo está decifrado (d. verdadeiro)
- os cheques assinados, as contas no estrangeiro, os tapes , as provas irrefutáveis, mas o governo psicopata de Lula nega e ignora tudo. (d.pragmático)
- Questionado ou flagrado, o psicopata não se responsabiliza por suas ações. Sempre se acha inocente ou vítima do mundo, do qual tem de se vingar. O outro não existe para ele e não sente nem remorso nem vergonha do que faz. Mente compulsivamente, acreditando na própria mentira, para conseguir poder. (d.pragmático)

- Este governo é psicopata. (d. verdadeiro)
- Seus membros riem da verdade, viram-lhe as costas, passam-lhe a mão na bunda. A verdade se encolhe, humilhada, num canto. (d. ético)

Inicialmente, Jabor se refere aos assessores de Lula como "uma quadrilha que se enfiou no governo", o que se enquadra no domínio do ético, mas ele afirma que isso são "fatos", o que torna o argumento do domínio do verdadeiro e, em seguida, apresenta conseqüências das ações, domínio do pragmático. Logo após, descreve o comportamento de um psicopata para estabelecer uma analogia entre um psicopata e o governo Lula, tentando, assim, fazer crer que o governo atual não merece nenhum crédito. No último enunciado, o sujeito apela para o argumento da ética, dando a entender que não há nenhuma ética entre os membros do governo.

A *prova*, que é a última atividade argumentativa consiste em o sujeito argumentante se posicionar em relação à validade da elucidação e fornecer ao interlocutor os meios de julgar a validade do ato de elucidação. Janine fecha o discurso com argumentos do domínio do verdadeiro e do ético, com os quais ele pretende dar a prova definitiva da veracidade de suas afirmações:

- A sociedade é maior que a política. O Brasil é maior que os partidos.
- A pequena ambição não pode erodir nossas oportunidades. Podemos enfrentar a miséria, melhorar a educação e a saúde, integrar os excluídos.
- Penso que Lula é o mais adequado, hoje, para dirigir o governo neste rumo mas penso também que este tem de ser um projeto de sociedade, e não apenas de governo.
- Não estamos, hoje, terceirizando a solução de nossos problemas. Estamos elegendo o mais apto a dirigir um esforço que deve ser maior do que ele e do que qualquer um de nós.

Em todos os enunciados acima há uma combinação dos domínios do ético e do verdadeiro. No conteúdo dos dois primeiros percebemos valores éticos, mas são apresentados em forma de explicação racional. Os demais também se apresentam como verdades, mas se fundam em valores e crenças. Representam anseios da sociedade em relação ao governante e, se Renato Janine acredita que Lula é capaz de realizar esses sonhos, o leitor também deve acreditar. Jabor apresenta argumentos totalmente opostos ao de Janine. Enquanto Janine afirma que Lula conseguiu melhorar muito as condições do Brasil em relação ao governo anterior, Jabor afirma que, em três anos, não tivemos governo algum:

- Assim como vivemos (por sorte...) há três anos sem governo algum, apenas vagando ao vento da bonança financeira mundial

É com argumentos fundamentados, também em valores e crenças, do domínio do ético que Jabor termina seu discurso:

- só espero que a consolidação da economia brasileira resista ao cercopolítico-ideológico de dogmas boçais e impeça a desconstrução antidemocrática. As coisas são mais democráticas que os homens.
- Alguns otimistas dizem: "Não... este maremoto de mentiras nos dará uma fome de verdades!". Não creio. Vamos ficar viciados na mentira corrente, vamos falar por antônimos. Ficaremos mais cínicos, mais egoístas, mais burros.
- O Lula reeleito será a prova de que os delitos compensaram. A mentira será verdade, e a novi-língua estará consagrada.

Com a previsão desastrosa advinda da possível reeleição de Lula, Jabor encerra seu discurso, procurando fazer seu interlocutor acreditar que não deve compactuar, como ele, de tudo que foi posto, não deve, portanto, votar em Lula.

Tendo analisado o contrato e as atividades argumentativas, vamos, agora, mostrar como cada um dos sujeitos constroem as estratégias argumentativas, que consistem, conforme Charaudeau (1998), em u*m jogo de legitimação, u*m *jogo de credibilidade e u*m *jogo de captação.* É importante observar que todo o processo de argumentação se constrói simultaneamente: os procedimentos argumentativos, as atividades argumentativas e as estratégias argumentativas estão intrincados ao longo do discurso.

Para se *legitimar, o* sujeito procura mostrar que tem autoridade para falar o que fala, procura construir a imagem que ele quer que o sujeito interpretante tenha dele. Essa autoridade pode ser pessoal ou conferida

pela instituição que ele representa. Os dois sujeitos usam a autoridade pessoal, em nenhum momento se referem, ou deixam subentendida, a instituição que representam. Janine enuncia muitas vezes na primeira pessoa do singular, o que deixa claro que ele acredita que tem autoridade para falar e quer fazer o leitor acreditar nisso. Jabor usa essa estratégia em menor número, ele prefere se colocar no lugar de enunciador coletivo, como se estivesse representando a voz da sociedade.
Vejamos alguns exemplos:

Jabor:

- No Brasil, estamos diante de acontecimentos inexplicáveis, ou melhor, "explicáveis" demais.
- Deprimo-me: "Denunciar para quê, se indignar com quê?
- Assim como vivemos (por sorte...) há três anos sem governo algum, apenas vagando ao vento da bonança financeira mundial.
- Alguns otimistas dizem: "Não... este maremoto de mentiras nos dará uma fome de verdades!". Não creio.

Janine:

- só espero que a consolidação da economia brasileira
- Voto em Lula porque, a meu ver, seu governo melhorou o Brasil.
- Discordo disso.
- Quero uma sociedade democrática.
- Penso que Lula é o mais adequado, hoje, para dirigir o governo

A *credibilidade*, em muitos casos se confunde com a legitimidade: se o sujeito tem legitimidade para falar, deveria ter credibilidade também. Entretanto não é sempre que as duas coisas acontecem. Acontece de o sujeito ter legitimidade para falar, mas não conseguir a credibilidade do interlocutor. Enquanto a legitimidade é uma estratégia ligada ao sujeito argumentante, a credibilidade está ligada ao sujeito-alvo. Esse último tem de ser convencido da capacidade do primeiro. Nesse caso, o sujeito argumentante desenvolve estratégias que visam a mostrar que ele é capaz, que ele fala a verdade, que é confiável. Para isso, ele pode assumir uma posição de neutralidade, deixando apenas subentendida a sua posição, ou se posicionar claramente tomando partido de alguma ideologia. Os dois sujeitos, na maior parte dos textos, se colocam no lugar de um enunciador universal, o que transmite uma idéia de poder. Poder, aqui, no sentido de deter o saber. Tais argumentos, fundados no domínio do verdadeiro, passam a idéia de que o que dizem é a verdade absoluta. Outras vezes, os dois sujeitos se inserem, claramente, no discurso, ora em primeira pessoa do singular, ora em primeira pessoa do plural. O uso da primeira pessoa do singular marca a legitimidade, o uso da terceira pessoa ou primeira do plural procura marcar a credibilidade.

Na concepção de Charaudeau (1992), o sujeito, ao se inserir no discurso, assume o papel de sujeito enunciador e deve satisfazer às condições de legitimidade, de credibilidade e de captação. O sujeito não existe propriamente como indivíduo particular, nem tampouco é um ser coletivo. O sujeito é apenas uma abstração que se constitui de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro. Esses sujeitos se relacionam de acordo com o jogo que lhes é proposto pela relação contratual. Em outras palavras, os sujeitos, os tempos e os espaços não refletem pessoas reais, eles são criados a partir da enunciação.

Em uma realização discursiva, podem-se criar diferentes instâncias de enunciação, cada uma delas representando um sujeito distinto. Essas instâncias se concretizam por meio de determinadas marcas lingüísticas que denunciam a presença ou ausência do sujeito no ato de enunciação. São elementos lingüísticos que caracterizam as formas enunciativas: os pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos, advérbios, dêiticos que denotam espaço e tempo. Esses traços lingüísticos marcam esse movimento de aproximação/distanciamento, a que Emediato *apud* Pinho (2005) denomina proxemias verbais, que são as relações intersubjetivas entre os participantes de uma interação verbal. É possível perceber nos atos de linguagem marcas verbais que funcionam como índice de intimidade ou distanciamento, isto é, os sujeitos do discurso colocam em prática estratégias enunciativas que visam a construir um nível

proxêmico adequado às suas intenções persuasivas. Dessa forma, ora eles se distanciam, com uma enunciação supostamente objetiva, visando a dar ao discurso um caráter mais técnico, ora se aproximam com a finalidade de imprimir ao discurso um caráter mais subjetivo, denotando maior intimidade com o parceiro da troca.

No texto de Jabor, a predominância é da terceira pessoa, como já foi dito, quando ele usa o "*nós*", ele tem a pretensão de representar uma parcela da sociedade. Digo uma parcela porque ele disse "*Lula será eleito por uma oposição mecânica entre ricos e pobres, dividindo o país em "a favor" do povo e "contra"*". Ele estaria, então, falando em nome dessa parcela do "contra", mas seu interesse deve ser atingir, também a parcela do "*a favor*":

- A existência dessa estirpe de mentirosos está dissolvendo a nossa língua
- No último ano, tivemos um único momento de verdade, louca, operística, grotesca mas maravilhosa, quando o Roberto Jefferson abriu a cortina do país e deixou-nos ver os intestinos de nossa política.

O uso do "*nós*", no caso, tem a pretensão de fazer parecer que seu discurso não representa unicamente o pensamento dele, mas da sociedade, ou de parte dela.

Janine emprega prioritariamente a primeira pessoa do singular, o que marca sua legitimidade, outras vezes, a terceira pessoa, que passa a idéia de verdade e, algumas vezes a primeira do plural, mas há uma diferença entre a enunciação em primeira do plural de Janine e de Jabor. Janine usa o "*nós*" em três situações diferentes: como plural de modéstia, se referindo a si mesmo; incluindo-se no governo, nesse caso, procurando, sobretudo, dar credibilidade a Lula; ou, ainda, se colocando como membro da sociedade, o que já é uma estratégia de captação, pois tem a intenção de estabelecer uma aproximação com o leitor.

- Agora vamos à questão ética.
- Deveríamos priorizar em 2007 a reforma política...

A *Captação* é espaço privilegiado de manipulação. As estratégias visam ao convencimento do outro e, para isso, podem ser usados argumentos polêmicos, dramatizações, comparações, metáforas, analogias, tudo que contribua para que o outro seja persuadido. É nesse aspecto que os dois discursos mais se distanciam. Os dois manifestam abertamente seu engajamento em relação ao tema, isto é, Jabor se coloca claramente contrário à reeleição de Lula e Janine se coloca claramente favorável à reeleição de Lula. Porém, enquanto Janine faz uso de uma linguagem moderada, de adjetivos verificáveis, de descrições de operações do pensamento, de exemplos de frases impessoais, faz referências e citações diretas, Jabor usa argumentos passionais, de denúncia, irônicos e, até mesmo, grosseiros e agressivos. Jabor também se coloca de forma indeterminada de modo que não seja possível saber com precisão quem é o sujeito. Assim o discurso assume um caráter de universalidade, dá a entender que não é ele que pensa assim, mas é um pensamento universal.

Vejamos como cada um constrói essas instâncias no discurso:

Jabor:

- Os fatos reais: com a eleição de Lula, uma quadrilha se enfiou no governo e desviou bilhões de dinheiro público para tomar o Estado e ficar no poder 20 anos.
- Os culpados são todos conhecidos, tudo está decifrado, os cheques assinados, as contas no estrangeiro, os tapes, as provas irrefutáveis, mas o governo psicopata de Lula nega e ignora tudo.
- Questionado ou flagrado, o psicopata não se responsabiliza por suas ações. Sempre se acha inocente ou vítima do mundo, do qual tem de se vingar.
- Ficaremos mais cínicos, mais egoístas, mais burros.
- O Lula reeleito será a prova de que os delitos compensaram. A mentira será verdade, e a novi-língua estará consagrada.

Nos três primeiros enunciados, Jabor usa argumentos do domínio do pragmático; nos dois últimos são do domínio do ético. A enunciação se dá em prioritariamente em terceira pessoa, mas sua principal estratégia é a seleção vocabular, sempre chocante, o que dá ao discurso um forte caráter retórico.

Janine:

- Amanhã e sempre, teremos de conviver, quem votou em Lula ou nos outros candidatos.
- Ora, o governo de centro-esquerda foi capaz de acalmar a economia, de baixar o risco, de aumentar as exportações, enfim, de cumprir uma agenda econômica que não era sua prioridade, nem a dos movimentos populares, e isso sem privatizar nada, sem desfazer o patrimônio público.
- Mais, ainda: Lula colocou na política brasileira, de modo definitivo, uma agenda social importante. E com êxito.
- Segundo Maria Inês Nassif ("Valor Econômico", 24/8), o maior rigor em programas como o Bolsa-Família e os do Ministério das Cidades "desintermediou o voto da população pobre, que antes passava pelo chefe local". Se isso é certo, não há paternalismo na atual política de promoção social.

Nos enunciados acima, os argumentos de Janine também se baseiam em valores, prioritariamente os do pragmático, portanto, também, retórico. Entretanto o tom mais conciliador passa a idéia de ser mais verdadeiro e menos retórico.

4. Considerações Finais

Neste trabalho, tentamos demonstrar uma prática da teoria sobre a argumentação de Charaudeau em dois textos midiáticos. Porém essa teoria é muito complexa, não no sentido de ser ambígua ou prolixa, mas no sentido de que seu autor procurou abranger o processo argumentativo por todos os ângulos e o espaço desse trabalho não seria suficiente para realizar todas essas análises. Fizemos um recorte da teoria, mas ao proceder à análise, percebemos que aspectos que não pertenciam ao recorte, em determinados momentos se impuseram, como a análise da enunciação. A enunciação é usada como estratégia argumentativa e, embora não tenhamos exposto o assunto no quadro teórico, ao analisar as estratégias argumentativas, não tivemos como fugir dela.

Os dois textos analisados apresentam inúmeras possibilidades de análise e o que mais me chamou a atenção neles é o fato de, superficialmente, parecerem muito diferentes, mas ao proceder a uma leitura mais profunda, percebermos que eles têm muito mais semelhanças que diferenças. A construção da argumentação, (atividades argumentativas e procedimentos argumentativos), se dá da mesma forma, diferenciando-se, apenas, nas estratégias argumentativas e na seleção vocabular e dos argumentos. Cada um, claro, selecionou os fatos que mais importava ao seu objetivo argumentativo, de modo que leitores menos perspicazes e/ou que não tenham clareza dos acontecimentos podem ser convencidos tanto por um quanto por outro, pois ambos são bastante convincentes em sua argumentação.

5. Referências bibliográficas

CHARAUDEAU, Patrick. L´argumentation n´est peut-être pas ce que l´on croit. In: *Revue Le Français Aujour* nº 123. Associations françaises des enseignants de français, setembro, 1998.

_____.*Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, *Tratado da Argumentação - a nova retórica*. São Paulo: Martins e Fontes, 1996.

PINHO, Maria das Graças Gonçalves. *Retórica e Argumentação no Discurso dos Quatro Principais Candidatos à Presidência da República nas Eleições Brasileiras de 2002*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

6. Anexos

A verdade está na cara, mas não se impõe

O que foi que nos aconteceu? No Brasil, estamos diante de acontecimentos inexplicáveis, ou melhor, "explicáveis" demais. Toda a verdade já foi descoberta, todos os crimes provados, todas as mentiras percebidas. Tudo já aconteceu e nada acontece. Os culpados estão catalogados, fichados, e nada rola. A verdade está na cara, mas a verdade não se impõe. Isto é uma situação inédita na História brasileira. Claro que a mentira sempre foi a base do sistema político, infiltrada no labirinto das oligarquias, claro que não esquecemos a supressão, a proibição da verdade durante a ditadura, mas nunca a verdade foi tão límpida à nossa frente e, no entanto, tão inútil, impotente, desfigurada, broxa.

Os fatos reais: com a eleição de Lula, uma quadrilha se enfiou no governo e desviou bilhões de dinheiro público para tomar o Estado e ficar no poder 20 anos. Os culpados são todos conhecidos, tudo está decifrado, os cheques assinados, as contas no estrangeiro, os tapes, as provas irrefutáveis, mas o governo psicopata de Lula nega e ignora tudo. Questionado ou flagrado, o psicopata não se responsabiliza por suas ações. Sempre se acha inocente ou vítima do mundo, do qual tem de se vingar. O outro não existe para ele e não sente nem remorso nem vergonha do que faz. Mente compulsivamente, acreditando na própria mentira, para conseguir poder. Este governo é psicopata.

Seus membros riem da verdade, viram-lhe as costas, passam-lhe a mão na bunda. A verdade se encolhe, humilhada, num canto.

E o pior é que o Lula, amparado em sua imagem de "povo", consegue transformar a Razão em vilã, as provas contra ele em acusações "falsas", sua condição de cúmplice e comandante em "vítima". E a população ignorante engole tudo.

Como é possível isso? Simples: o Judiciário paralítico entoca todos os crimes na fortaleza da lentidão e da impunidade. Só daqui a dois anos serão julgados os indiciados — nos comunica o STF. Os delitos são esquecidos, empacotados, prescrevem. A Lei protege os crimes e regulamenta a própria desmoralização. Jornalistas e formadores de opinião sentem-se inúteis, pois a indignação ficou supérflua. O que dizemos não se escreve, o que escrevemos não se finca, tudo quebra diante do poder da mentira desse governo. Sei que este é um artigo óbvio, repetitivo, inútil, mas tem de ser escrito...

Está havendo uma desmoralização do pensamento. Deprimo-me: "Denunciar para quê, se indignar com quê? Fazer o quê?". A existência dessa estirpe de mentirosos está dissolvendo a nossa língua. Este neocinismo está a desmoralizar as palavras, os raciocínios. A língua portuguesa, os textos nos jornais, nos blogs, na TV, rádio, tudo fica ridículo diante da ditadura do lulo-petismo . A cada cassado perdoado, a cada negação do óbvio, a cada testemunha, muda, aumenta a sensação de que as idéias não correspondem mais aos fatos! Pior: que os fatos não são nada — só valem as versões, as manipulações. No último ano, tivemos um único momento de verdade, louca, operística, grotesca mas maravilhosa, quando o Roberto Jefferson abriu a cortina do país e deixou-nos ver os intestinos de nossa política.

Depois surgiram dois grandes documentos históricos: o relatório da CPI dos Correios e o parecer do procurador-geral da República. São verdades cristalinas, com sol a pino. E, no entanto, chegam a ter um sabor quase de "gafe". Lulo-petistas clamam: "Como é que a Procuradoria Geral, nomeada pelo Lula, tem o desplante de ser tão clara! Como que o Osmar Serraglio pode ser tão explícito, e como o Delcídio Amaral não mentiu em nome do PT? Como ousaram ser honestos?".

Sempre que a verdade eclode, reagem. Quando um juiz condena rápido, é chamado de "exibicionista". Quando apareceu aquela grana toda no Maranhão (lembram, filhinhos?), a família Sarney reagiu ofendida com a falta de "finesse" do governo de FH, que não teve a delicadeza de avisar que a polícia estava chegando...

Mas agora é diferente. As palavras estão sendo esvaziadas de sentido. Assim como o stalinismo apagava fotos, reescrevia textos para coonestar seus crimes, o governo do Lula está criando uma língua nova, uma novi-língua empobrecedora da ciência política, uma língua esquemática, dualista, maniqueísta, nos preparando para o futuro político simplista que está se consolidando no horizonte. Toda a complexidade rica do país será transformada em uma massa de palavras de ordem, de preconceitos ideológicos movidos a dualismos e oposições, como tendem a fazer o populismo e o simplismo. Lula será eleito por uma oposição mecânica entre ricos e pobres, dividindo o país em "a favor" do povo e "contra", recauchutando significados que não dão mais conta da circularidade do mundo atual. Teremos o "sim" e o "não", teremos a depressão da razão de um lado e a psicopatia política de outro, teremos a volta da oposição mundo x Brasil, nacional x internacional. A esquematização dos conceitos, o empobrecimento da linguagem visa à formação de um novo ethos político no país, que favoreça o voluntarismo e legitime o governo de um Lula 2 e um Garotinho depois.

Assim como vivemos (por sorte...) há três anos sem governo algum, apenas vagando ao vento da bonança financeira mundial, só espero que a consolidação da economia brasileira resista ao cercopolítico-ideológico de dogmas boçais e impeça a desconstrução antidemocrática. As coisas são mais democráticas que os homens.

Alguns otimistas dizem: "Não... este maremoto de mentiras nos dará uma fome de verdades!". Não creio. Vamos ficar viciados na mentira corrente, vamos falar por antônimos. Ficaremos mais cínicos, mais egoístas, mais burros.

O Lula reeleito será a prova de que os delitos compensaram. A mentira será verdade, e a novi-língua estará consagrada.

Arnaldo Jabor, *O Globo*, 25/4/2006

POR QUE VOTO EM LULA

Democracia é maior que qualquer um de nós

RENATO JANINE RIBEIRO[6]
ESPECIAL PARA A FOLHA

Eleição não é luta do bem com o mal. É comparação. Voto em Lula porque, a meu ver, seu governo melhorou o Brasil. Ele recebeu o país com uma agenda ditada pela direita, que reduzia quase tudo à política econômica, ou pior, à monetária e à fiscal; um país que, no fim de 2001, não cumpria mais o Orçamento, sem dinheiro nem para pagar passagens de ministros, com o dólar a R$ 4 e um risco-Brasil enorme.

Ora, o governo de centro-esquerda foi capaz de acalmar a economia, de baixar o risco, de aumentar as exportações, enfim, de cumprir uma agenda econômica que não era sua prioridade, nem a dos movimentos populares, e isso sem privatizar nada, sem desfazer o patrimônio público.

Mais, ainda: Lula colocou na política brasileira, de modo definitivo, uma agenda social importante. E com êxito. Segundo Maria Inês Nassif ("Valor Econômico", 24/8), o maior rigor em programas como o Bolsa-Família e os do Ministério das Cidades "desintermediou o voto da população pobre, que antes passava pelo chefe local". Se isso é certo, não há paternalismo na atual política de promoção social. Não adianta ficar inventando que Lula se proclamou "pai dos pobres". Alguns jornalistas dizem isso, mas nunca informam quando o presidente teria usado uma linguagem tão contrária a suas crenças para se referir a si próprio. Tudo indica que há menos paternalismo agora do que antes.

É engraçado: quando se banhava de dinheiro o grande capital (empréstimos do BNDES a juros baixos para privatizar estatais), a opinião dominante chamava isso de progresso, mas, quando se dá dinheiro aos mais pobres, para comerem e se vestirem melhor, a mesma opinião dominante entende que dinheiro nas mãos de pobres não presta. Discordo disso.

Quero uma sociedade democrática. Isso significa, em primeiro lugar, o fim da miséria, a redução da desigualdade social. No horizonte político brasileiro, não vejo força melhor que a coligação de esquerda para promover esse salto qualitativo. Ela tem sido capaz de melhorar as condições sociais com uma temperatura baixa de conflitos, ao contrário do que diziam seus detratores. O país não pegou fogo. O saldo do governo é positivo: a questão social está sendo bem orientada.

Agora vamos à questão ética. No governo atual o procurador-geral não engaveta processos, a Polícia Federal age, CPIs funcionam. Já seu principal adversário impediu 60 CPIs de funcionar na Assembléia paulista, deixou uma política de segurança prepotente e ineficaz (porque acabamos sob o domínio do PCC) e uma política de educação que não é das melhores. Eleição é comparação. Não vejo no governo Alckmin superioridade ética sobre o governo Lula.

Contudo, há satisfações que o PT deve à sociedade. Os escândalos mostram que ele é um partido mais "normal" do que imaginava ser. Humildade não faz mal. O PT tem seus defeitos. Deve contas ao Brasil. Tem de fazer uma faxina interna e punir quem errou. Mas, ainda assim, consegue governar melhor que os outros. Aliás, seria bom o país todo fazer um exame de consciência. Com o financiamento privado de eleições, a porta se escancara para a negociata. Deveríamos priorizar em 2007 a reforma política, com fidelidade partidária, condições mais equilibradas de financiamento às candidaturas e talvez até o voto distrital.

Uma eleição não é uma guerra. Amanhã e sempre, teremos de conviver, quem votou em Lula ou nos outros candidatos. Precisa cessar o terror discursivo, a ameaça ao voto universal. Este é o segundo ponto em que desejo uma sociedade democrática. Democracia significa respeitar o discurso do outro. Nas eleições, as pessoas se exaltam, mas é desonesto deformar o que o outro disse. Muito do que hoje se conta sobre o PT ou sobre quem o apóia, como eu, é uma enorme caricatura. Isso amesquinha a política, que deve ser arena de adversários, não de inimigos. Esse clima envenenado não ajuda o de que mais precisamos, não nós da esquerda, mas nós brasileiros: construir alianças, trabalho em conjunto, convergências.

A sociedade é maior que a política. O Brasil é maior que os partidos. A pequena ambição não pode erodir nossas oportunidades. Podemos enfrentar a miséria, melhorar a educação e a saúde, integrar os excluídos. Penso que Lula é o mais adequado, hoje, para dirigir o governo neste rumo mas penso também que este tem de ser um projeto de sociedade, e não apenas de governo. Não estamos, hoje, terceirizando a solução de nossos problemas. Estamos elegendo o mais apto a dirigir um esforço que deve ser maior do que ele e do que qualquer um de nós.

***Folha de São Paulo*, 01/10/2006**

[6] RENATO JANINE RIBEIRO , professor de Ética e Filosofia Política na USP, é diretor de avaliação da Capes e autor de, entre outras obras, "A Sociedade Contra o Social - O Alto Custo da Vida Pública no Brasil" (Companhia das Letras)